

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

Qualidade e Políticas Públicas na Educação

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-96-3

DOI 10.22533/at.ed.963181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 1 da obra “Qualidade e Políticas Públicas na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AGENDA DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS TRANSPLANTADAS NAS POLÍTICAS AVALIATIVAS	
<i>Luziane Said Cometti Lélis</i>	
<i>Dinair Leal da Hora</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819121	
CAPÍTULO 2	12
A COMPREENSÃO DOS PROFESSORES DE ESCOLAS PÚBLICAS ACERCA DA PROGRESSÃO CONTINUADA	
<i>Gilvânia Guedes Teixeira</i>	
<i>Horácio Medeiros Júnior</i>	
<i>Vânia Aparecida Calado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819122	
CAPÍTULO 3	22
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO DIREITO HUMANO: UMA LEITURA A PARTIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL	
<i>Ana Maria Maciel Rinaldi</i>	
<i>Kelci Anne Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819123	
CAPÍTULO 4	30
A EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS: ANÁLISE DA POLÍTICA	
<i>Jaqueline de Sousa Batista Figueiredo</i>	
<i>Luis Enrique Aguilar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819124	
CAPÍTULO 5	47
A EJA EM DOCUMENTOS LEGAIS: UM RECORTE DE 2001 A 2016	
<i>Greicimara Vogt Ferrari</i>	
<i>Ana Paula Colares Flores Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819125	
CAPÍTULO 6	55
A EVASÃO E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU): REFLEXÕES NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	
<i>Janete dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819126	
CAPÍTULO 7	64
A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR PRIVADOS E AS TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE	
<i>Janaina de Oliveira</i>	
<i>Natalia Maria Casagrande</i>	
<i>Diego José Casagrande</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819127	

CAPÍTULO 8	76
A IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA: CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DAS REFORMAS EDUCACIONAIS	
<i>Julyette Priscila Redling</i> <i>Renata Cristina Geromel Meneghetti</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819128	
CAPÍTULO 9	89
A MATERIALIZAÇÃO DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE EXPRESSO NA LEI 5.692/1971 NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN	
<i>Tainá da Silva Bandeira</i> <i>Antonio Basilio Novaes Thomaz de Menezes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9631819129	
CAPÍTULO 10	99
A REFORMA EDUCACIONAL NO BRASIL COMO REFLEXO DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA GLOBAL	
<i>Hildo Cezar Freire Montysuma</i> <i>Eilizabeth Miranda de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191210	
CAPÍTULO 11	111
A RELAÇÃO ENTRE FUNDEB, MATRÍCULAS, CUSTO ALUNO E PSPN: O CASO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE (2008-2014)	
<i>Amilka Dayane Dias Melo Lima</i> <i>Fádyla Késsia Rocha de Araújo Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191211	
CAPÍTULO 12	125
A TRAJETÓRIA DE LEGITIMAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO	
<i>Leandro Aparecido de Souza</i> <i>Alberto Albuquerque Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191212	
CAPÍTULO 13	132
ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR: CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA AOS PROCESSOS DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	
<i>Rubens Luiz Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191213	
CAPÍTULO 14	146
ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DO NÍVEL SOCIOECONÔMICO DAS ESCOLAS	
<i>Girlene Ribeiro de Jesus</i> <i>Renata Manuely de Lima Rêgo</i> <i>Victor Vasconcelos de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191214	
CAPÍTULO 15	153
APROVAÇÃO DOS PLANOS DE EDUCAÇÃO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS E OS DESAFIOS PRESENTES NO CENÁRIO NACIONAL	
<i>Edson Ferreira Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191215	

CAPÍTULO 16	169
AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA OS INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE DOURADOS - MS	
<i>Maurício José dos Santos Silva Eugenia</i>	
<i>Portela de Siqueira Marques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191216	
CAPÍTULO 17	181
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PROGRAMA DE FORMAÇÃO DOCENTE EM NÍVEL SUPERIOR DO PRONERA	
<i>Rodrigo Simão Camacho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191217	
CAPÍTULO 18	192
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NAS FLORESTAS DO MARAJÓ/PA: REFLEXÕES SOBRE AS PESQUISAS REALIZADAS PARA O ENTENDIMENTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS E A ORGANIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO NOS MUNICÍPIOS MARAJOARAS	
<i>Alexandre Augusto Cals e Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191218	
CAPÍTULO 19	205
AVANÇOS E CONTRADIÇÕES NOS PROCESSOS DE MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE	
<i>Luiz Carlos Lückmann</i>	
<i>Éden Luciana Böing Imhof</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191219	
CAPÍTULO 20	221
CONDIÇÕES DE QUALIDADE DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191220	
CAPÍTULO 21	238
CULTURA E EDUCAÇÃO: ASPECTOS ETNOGRÁFICOS SOBRE A CULTURA DE GANZA	
<i>Tereza de Fatima Mascarin</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191221	
CAPÍTULO 22	244
CURRÍCULO DO ESTADO DE SÃO PAULO; O DITO PELO NÃO DITO?	
<i>Célia Maria David</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191222	
CAPÍTULO 23	249
DESAFIOS EM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA AGENDA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO COM O PAR (2007-2010) EM MOSSORÓ	
<i>Marcos Torres Carneiro</i>	
<i>Maria Aparecida de Queiroz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191223	
CAPÍTULO 24	253
DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE ZONEAMENTO ESCOLAR EM RIO BRANCO – AC	
<i>Lucilene Ferreira de Almeida</i>	
DOI 10.22533/at.ed.96318191224	
SOBRE A ORGANIZADORA	266

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA POLÍTICA DE ZONEAMENTO ESCOLAR EM RIO BRANCO – AC

Lucilene Ferreira de Almeida

Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco – Acre.

RESUMO: Apresentamos a análise realizada sobre o Zoneamento Escolar em Rio Branco, capital do estado do Acre, articulando o desempenho educacional com o contexto socioespacial, que caracteriza os bairros ou regionais da cidade. O objetivo é identificar e relacionar o contexto espacial intra e extraescolar e os resultados educacionais de cada zoneamento. O texto apresenta uma das etapas de uma pesquisa maior, com articulação entre sociologia da educação, geografia e educação. Os resultados foram construídos a partir da caracterização geral dos zoneamentos escolares, no contexto da cidade; coleta, tratamento de dados e análise de indicadores educacionais por zoneamento; análise do desempenho educacional e relação com as características socioespaciais. Entre os indicadores educacionais, trabalhamos com: Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), Seape/AC (Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem), Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), Indicador de Adequação da Formação Docente da Educação Básica e Índice de Condições Materiais das Escolas. Os

resultados da pesquisa evidenciaram que os melhores desempenhos estão no zoneamento onde há maior concentração de bens e serviços, infraestrutura urbana e melhores rendas, reforçando a hipótese que escolas localizadas em áreas mais privilegiadas da cidade, cujos alunos possuem melhores condições socioeconômicas, tendem a ter melhores desempenhos educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Zoneamento escolar; Desempenho educacional; Contexto socioespacial.

ABSTRACT: We present the analysis carried through on the Pertaining to school Zoning in Rio Branco, capital of the state of the Acre, articulating the educational performance with the socioespacial context, that characterizes the regional quarters or of the city. The objective is to identify and to relate the space context intra and extrapertaining to school and the educational results of each zoning. The text presents one of the stages of a bigger research, with joint between sociology of the education, geography and education. The results had been constructed from the general characterization of the pertaining to school zonings, in the context of the city; it collects, data handling and analysis of educational pointers for zoning; analysis of the educational performance and relation with the socioespaciais characteristics. Between the

educational pointers, we work with: Ideb (Index of Development of the Basic Education), Seape/AC (State System of Evaluation of the Learning), Pointer of Socioeconômico Level (Inse), Pointer of Adequacy of the Teaching Formation of the Basic Education and Index of Material Conditions of the Schools. The results of the research had evidenced that the best performances are in the zoning where has greater concentration of goods and services, urban infrastructure and better incomes, strengthening the hypothesis that schools located in more privileged areas of the city, whose pupils possess better socioeconômicas conditions, tend to have better educational performances.

KEYWORDS: School zoning; Educational performance; Context socioespacial.

1 | INTRODUÇÃO

Neste texto apresentamos algumas análises realizadas sobre o Zoneamento Escolar em Rio Branco, capital do estado do Acre, política educacional implantada no início dos anos 2000. O objetivo é identificar e relacionar o contexto espacial intra e extraescolar com os resultados educacionais de cada zoneamento. Os resultados foram construídos a partir da caracterização geral dos zoneamentos escolares, coleta, tratamento de dados e análise de indicadores educacionais por zoneamento, análise do desempenho educacional e relação com as características socioespaciais. Os indicadores educacionais analisados na pesquisa foram: Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), Seape/AC (Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem), Indicador de Nível Socioeconômico (Inse), Indicador de Adequação da Formação Docente da Educação Básica e Índice de Condições Materiais das Escolas.

Aqui trataremos do zoneamento escolar enquanto uma política de gestão do sistema que visa a distribuição de vagas escolares, a partir do local de moradia do aluno. O zoneamento escolar em Rio Branco foi implantado pela SEE/AC (Secretaria de Estado de Educação do Acre) no ano 2000, incluindo as escolas da rede estadual de Rio Branco, sendo que, a partir de 2005, o convênio firmado entre o município e o estado possibilitou a extensão desta política.

2 | OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS E O CONTEXTO EXTRAESCOLAR

Por oportunidade educacional entendemos as chances de acesso a um sistema educacional, cujas condições de seus estabelecimentos de ensino, assim como de seu recurso humano, sejam capazes de promover a formação necessária para cada etapa de escolaridade. A preocupação com as oportunidades educacionais como forma de garantir maior igualdade social já vem de longa data. Segundo Kaztman e Ribeiro (2008) foi a partir da Segunda Guerra Mundial, frente à disseminação de valores igualitários e aos crescentes conflitos sociais, diversos estudos no campo da Sociologia da Educação passaram a tratar de temas relacionados à capacidade da

educação promover mobilidade e maior igualdade. Neste sentido, alguns estudos foram sendo desenvolvidos sobre o papel da escola e sua influência na formação de igualdades sociais.

Ribeiro e Koslinski (2008) e Koslinski e Alves (2012) descrevem que os primeiros trabalhos sobre essa questão, chegaram à conclusão de que a escola não fazia a diferença na vida do aluno. Os estudos nesse sentido tiveram como um dos precursores o *survey* elaborado por James S. Coleman e um grupo de estudiosos sobre a “distribuição diferencial das oportunidades educacionais nos Estados Unidos, em meados da década de 1960”. (BROOKE, 2008, p.14). O estudo “Partia da hipótese de que diferenças na infraestrutura e recursos pedagógicos das escolas que atendem públicos de diversas origens étnicas e raciais seriam as principais fontes das desigualdades de oportunidades”. (KOSLINSKI e ALVES, 2012, p. 808).

Os resultados foram apresentados no Relatório de Coleman e confirmaram que “as diferenças socioeconômicas entre os alunos são as responsáveis pelas diferenças no seu desempenho” (BROOKE, 2008, p.15). Nesse sentido, o papel do sistema educacional foi considerado pouco relevante na perspectiva de reverter as condições desiguais do aluno, por conta de sua origem socioeconômica. Em contraposição, surgiram trabalhos apontando que a escola pode contribuir para mudar a realidade socioeconômica do aluno. Nesse sentido, as críticas aos trabalhos como o de Coleman e outros similares, procuraram reagir a partir de suas investigações sobre “os fatores escolares que exercem impacto sobre resultados escolares dos alunos: estudos de efeito escola e de eficácia escolar.” (KOSLINSKI e ALVES, 2012, p. 809).

A partir destas posições sobre a relação entre o contexto socioespacial e a escola, estudos recentes nos campos da sociologia urbana e sociologia da educação apresentam novas perspectivas de análises a partir de estudos sobre os diferentes contextos socioespaciais urbanos e a distribuição de oportunidades educacionais. Nesse sentido, o conceito de efeito vizinhança, passa a ser considerado, a partir do entendimento que não apenas o contexto familiar dos alunos, mas também “a composição socioeconômica do bairro também condiciona tal trajetória” escolar. (KOSLINSKI e ALVES, 2012, p. 808). Neste último grupo de estudos temos até a década de 1990 a influência da Sociologia da Educação, com estudos a respeito das desigualdades de resultados na família e na escola. A partir dessa década, estudos passam também a considerar a vizinhança como capaz de exercer impacto na distribuição de oportunidades educacionais.

Conceber uma Geografia de Oportunidades é considerar as múltiplas dimensões espaciais da cidade e como os direitos ou as oportunidades estão distribuídos por ela. Para Soares (2009, p.32) a Geografia de Oportunidades “busca relacionar o processo de tomada de decisões com o contexto geográfico dos indivíduos”. No entanto, entendemos que essa “tomada de decisões” se insere num contexto da ausência de autonomia e, portanto, de escolha que podemos ter para usufruirmos qualquer bem ou serviço na cidade ou, no dizer de Lefebvre (1991), do direito à cidade, em seu sentido

mais amplo possível.

3 | O QUE EXPRESSAM OS INDICADORES EDUCACIONAIS SOBRE O ZONEAMENTO ESCOLAR EM RIO BRANCO

Analisar o movimento dos zoneamentos escolares a partir de indicadores, apresentou neste trabalho limites, pois nem todos têm a mesma série histórica. Portanto, os resultados apresentados são respostas aproximadas possíveis, permitidas pelos dados.

Nesse sentido foi possível analisar o desempenho educacional de cada zoneamento escolar por meio de alguns indicadores, entre eles, optamos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, indicador nacional e, pelo Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem, o Seape/AC, indicador estadual. Ambos, a partir de suas metodologias, avaliam o desempenho das escolas por meio de testes e coleta de dados contextuais obtidos entre os alunos, professores e gestores.

Para analisarmos os dados do Ideb e do Seape/AC, os procedimentos foram: A) Coleta dos resultados das edições do Ideb de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 das escolas de ensino fundamental que compõem o zoneamento escolar em Rio Branco e do Seape/AC, edições 2009, 2010, 2011 e 2012, incluindo as escolas do ensino fundamental e médio. Tais edições do Ideb e do Seape/AC correspondem a todas as edições disponíveis até meados de 2014, considerando que o Ideb acontece a cada dois anos e o Seape/AC a cada ano; B) Com as planilhas dos zoneamentos/Ideb e dos zoneamentos/Seape/AC organizadas, elaboramos gráficos com as médias das notas por série avaliada, (são consideradas escalas de avaliação diferenciadas) por zoneamento em cada ano de edição do Ideb e do Seape/AC, bem como do crescimento ou da queda das notas de uma edição para outra.

Para relacionar com os indicadores educacionais acima citados, utilizamos como dado de referência para diagnóstico da condição socioeconômica dos alunos, o Indicador de Nível Socioeconômico – Inse, do ano de 2013, organizado pelo Inep para todas as escolas da educação básicas do país e o indicador de adequação de formação docente, que representa a proporção de professores de cada escola que leciona na educação básica e possui a formação adequada, nos termos da lei. Este indicador é obtido pelo Inep a partir dos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

3.1. Sobre o Espaço da Pesquisa

O estado do Acre tem como capital a cidade de Rio Branco e está situado no sudoeste da Região Norte do país, tendo como limites os Estados do Amazonas (norte) e de Rondônia (leste) e os países, Bolívia (sudeste) e o Peru (sul e oeste). Possui

população de 733.559 habitantes, sendo que destes, 336.038 estão domiciliados na capital do Estado, segundo dados do último Censo do IBGE, do ano de 2010. A população acreana vive, em sua maioria, nas cidades, onde o destaque é para o município de Rio Branco, que possui 91,82% da população urbana, representando mais de 60% da população urbana de todo o estado.

O Acre é composto por vinte dois municípios que se distribuem pelas duas mesorregiões geográficas: *Vale do Acre*: Acrelândia, Porto Acre, Senador Guimard, Rio Branco, Bujari, Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasileira, Assis Brasil, Sena Madureira, Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus; *Vale do Juruá*: Cruzeiro do Sul, Feijó, Tarauacá, Jordão, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Porto Walter, Marechal Thaumaturgo.

Nos últimos anos o município de Rio Branco foi dividido em regionais (QUADRO 1). Atualmente organiza-se em 15 regionais, sendo 10 urbanas e 5 rurais, que foram criadas, segundo a Prefeitura Municipal de Rio Branco, pela necessidade da gestão do município em virtude do tamanho demográfico e do número da população. As regionais urbanas foram definidas com base nos fatores sociais e econômicos dos bairros e conjuntos habitacionais da cidade. (RIO BRANCO, 2014).

Regional	Composição territorial (bairros)
06 de Agosto	06 de Agosto, Alzira Cruz, Areal, Canaã, Cidade Nova, COMARA, Amapá, Quinze, Taquari, Triângulo Velho, Triângulo Novo e Vila do DNER (Departamento Nacional de Estrada e Rodagem).
Cadeia Velha	Aviário, Baixa da Colina, Baixa da Habitasa, Base, Bosque, Cadeia Velha, Capoeira, Casa Nova, Centro, Cerâmica, Dom Giocondo, Guimard Santos, Habitasa, IPASE, Jardim América, Jardim São Francisco, José Augusto, Papouco, PROCON, São José e Solar.
Vila Acre	Loteamento e Residencial Bom Jesus, Loteamento Saad, Loteamento Santa Helena, M. Mendonça Lima, Residencial Vilacre, Santa Maria, Vila Acre, Vila Benfica e Vila da Amizade.
Floresta	7º BEC, Abraão Alab, Araçá, Bela Vista, Castelo Branco, Esperança, Floresta Sul, Habitar Brasil, Ivete Vargas, Jardim Nazle, Mascarenhas de Moraes, Nova Esperança, Novo Horizonte e Vila Betel II.
João Eduardo	Aeroporto Velho, Airton Sena, Bahia Nova, Bahia Velha, Boa União, Boa Vista, Dom Giocondo, João Eduardo, João Eduardo II, João Paulo, Palheiral, Pista, Plácido de Castro, Preventório, Sobral e Volta Seca.
Calafate	Calafate, Chácara do Ipê, Doca Furtado, Ison Ribeiro, Ipanema, Jardim de Alah, Jardim Europa, Jardim Universitário, Laélia Alcântara, Pedro Roseno, Portal da Amazônia, Valdemar Maciel e Village Tiradentes.
São Francisco	Chico Mendes, Eldorado, Jaguar, Ouricuri, Panorama, Placas, São Francisco e Vitória.
Tancredo Neves	Adalberto Sena, Alto Alegre, Apolônio Sales, Defesa Civil, Irineu Serra, Jorge Lavocat, Montanhês, Parque dos Sabiás, Raimundo Melo, Tancredo Neves, Vila Nova, Wanderley Dantas e Xavier Maia.
Belo Jardim	Albert Sampaio, Belo Jardim I, Belo Jardim II, Corrente, Dom Moacyr, Jacarandá, Liberdade, Loteamento Herculano, Loteamento Santo Afonso, Recanto Buriti, Residencial Rosa Linda III, Santa Cecília e Santa Inês.
Estação Experimental	Bairro da Paz, Boa Esperança, Conquista, Distrito Industrial, Vila dos Engenheiros, Estação Experimental, Geraldo Fleming, Horto Florestal, Iolanda, Isaura Parente, Jardim Brasil, Manoel Julião, Jardim Primavera, Joaíra, Mariana, Mocinha Magalhães, Nova Estação, Paulo César de Oliveira, Petrópolis, Rui Lino, Santa Quitéria e Tucumã.

Quadro 1 - Regionais Urbanas de Rio Branco, 2014

Fonte: Adaptado do Departamento de Planejamento Estratégico (2014).

A análise sobre as regionais urbanas de Rio Branco justifica-se por algumas razões. Primeiro, por ser o formato de organização mais veiculado e utilizado oficialmente sobre a cidade no que tange aos seus aspectos sociais e econômicos. Não existem nos órgãos públicos levantamentos sobre estes perfis por bairro, o pouco existente é por regional. Deste modo, no que pese a necessidade de entendermos e relacionarmos tais contextos com a política de zoneamento escolar da SEE/AC, acreditamos ser este o melhor delineamento, tendo em vista as limitações de dados e informações. Em segundo, por ter sido na regionalização da cidade que se baseou a primeira regionalização escolar de Rio Branco no ano 2000 e, por ambas considerarem os limites dos bairros para sua regionalização. Em terceiro, por encontrarmos em alguns textos e falas, principalmente relacionados à educação ou ensino local, certa confusão entre regionais urbanas e regionalização do zoneamento escolar em Rio Branco, neste sentido, acreditamos poder aqui colocar cada regionalização em seu lugar, em especial o zoneamento escolar.

A partir do primeiro semestre de 2015 a SEE/AC passa a utilizar como regionalização para o zoneamento escolar a mesma configuração da Prefeitura Municipal de Rio Branco. Desse modo, a partir deste período o zoneamento escolar passa a ser formado por 15 regionais, sendo 10 urbanas e 5 rurais. A análise do nosso trabalho recai sobre um período anterior a essa configuração.

A cidade de Rio Branco que é cortada pelo Rio Acre, além da regionalização em regionais urbanas, tradicionalmente é dividida em 1º Distrito e 2º Distrito, tendo como referência o rio. No 1º Distrito estão os bairros localizados ao lado esquerdo do rio e no 2º Distrito temos os localizados ao lado direito. Foi neste último que a cidade teve origem, porém, com a expansão urbana ao longo das décadas, a cidade acabou por ter no 1º Distrito uma maior dinâmica e atenção do poder público, estando nele localizadas a maior parte da população e as principais ofertas de serviços, tanto públicas quanto privadas.

3.2 O Desempenho dos Zoneamentos Escolares no IDEB e SEAPE/AC

Considerando a evolução do Ideb, por zoneamento escolar, nas edições de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 é possível delinear alguns apontamentos sobre o desempenho educacional dos anos iniciais e finais do ensino fundamental das escolas que compõem o zoneamento escolar. Em análise geral sobre o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental, houve uma tendência de crescimento ao longo das edições em todos os zoneamentos. O Zoneamento 1 superou os demais em todos os anos com as maiores notas. O Zoneamento 3 apresentou o menor crescimento no Ideb superando apenas o crescimento do Ideb nacional, que em todas as edições foi menor que todos os zoneamentos. Mesmo assim superou o Zoneamento 6 que apresentou os menores Ideb no período analisado.

Os dados referentes ao Ideb dos anos finais do ensino fundamental apresentam

médias menores que os anos iniciais, acompanhando uma tendência desta etapa de ensino. O Zoneamento 1 apresentou os melhores desempenhos no Ideb em todas as edições analisadas.

Temos aqui algumas evidências sobre o zoneamento escolar em Rio Branco. Uma delas é que há um zoneamento que se sobressai aos demais no Ideb e que coincide com o mesmo zoneamento que atende a uma população que possui as melhores condições socioeconômicas, está localizado numa área bem servida de infraestrutura e oferta de serviços, que é o Zoneamento 1. Este é o que mantém o maior equilíbrio quanto ao Ideb entre os zoneamentos, mesmo sendo o que menos cresceu ao longo das edições. Nos demais zoneamentos esse movimento, mesmo com pouco decréscimo de uma edição para outra, tiveram consideráveis crescimentos entre 2005 e 2013. Mesmo assim, com exceção do Zoneamento 5, todos ficaram com Ideb menor que o Zoneamento 1.

Outro indicador analisado na pesquisa é o Seape/AC, fruto do contrato entre a SEE/AC e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, CAEd/UFJF. Teve sua primeira edição no ano de 2009. A partir daí, anualmente a Educação Básica é avaliada nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, por meio da “aplicação de testes cognitivos e a investigação dos fatores associados ao desempenho escolar através de questionários contextuais”.

No Ensino Fundamental, as melhores médias, assim como ocorreu no Ideb, continuaram com o Zoneamento 1. O Zoneamento 4 foi o que apresentou o menor crescimento ao longo das edições, com destaque para certa manutenção das notas em Matemática. O Zoneamento 5 apresentou o maior crescimento em Língua Portuguesa entre as edições. No que pese o crescimento das notas ao longo das edições, percebe-se no geral um crescimento gradativo entre todos os zoneamentos, tanto em Matemática quanto em Língua Portuguesa, com exceção do Zoneamento 4 que apresentou decréscimos.

Já o Zoneamento 6 é o que apresenta as menores notas em todas edições do Seape. Apesar do considerável crescimento a partir da edição de 2010 em Matemática e Língua Portuguesa, um dos maiores entre os zoneamentos, mesmo assim ainda chega em 2013 com o menor desempenho. Nos Zoneamentos 3 e 5 foi onde evidenciamos a tendência de decréscimo no Seape em 2013, que se dá em Língua Portuguesa.

Seguindo a tendência, mais acentuada no ensino médio e em Matemática, verificou-se oscilação entre as edições. Em Língua Portuguesa essa tendência ocorreu em menor proporção, já que entre os Zoneamentos 4 e 5 houve crescimento, mesmo assim, não superaram em nenhuma edição as notas do Zoneamento 1.

Identificamos que os Zoneamentos 1 e 2, que correspondem as áreas da cidade com melhores infraestruturas (com bem maior destaque para o Zoneamento 1), mais oferta de serviços, bairros com famílias com melhores rendas, cujo conjunto já remete a um espaço com diferencial quanto aos demais, o conjunto de escolas tiveram os melhores desempenhos no Ideb e no Seape/AC. Para além de pensarmos

esses espaços como homogêneos, há nestes zoneamentos, bairros cujas condições estruturais e de renda são também precários, no entanto, apresentam uma maior concentração de melhores condições que nos demais zoneamento.

3.3. Indicador de Adequação da Formação Docente da Educação Básica

O Indicador de Adequação da Formação Docente da Educação Básica, é elaborado pelo Inep a partir das respostas dadas pelos professores da educação básica ao Censo Escolar (nossa referência ano de 2013). O indicador considera a porcentagem de professores a partir da relação entre formação e área de atuação, sendo agrupados nas seguintes possibilidades: a) Formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na área da disciplina que leciona; b) Formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona; c) Formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que leciona; d) Formação superior não considerada nas categorias anteriores; e) Docente sem formação superior.

Analisando este indicador nos zoneamentos escolares em Rio Branco, é possível identificar que é no Zoneamento 3 onde há a maior porcentagem de professores com formação na área que lecionam (73,28%), sendo este um dos zoneamentos com menor desempenho educacional, em seguida, os Zoneamentos 2 e 1, respectivamente com 73,28% e 72,84%. Os Zoneamentos 5 e 6 são os que apresentam menor porcentagem de professores com formação na área que lecionam, com pouco mais de 60% e com aproximadamente 30% de professores com formação em licenciatura diferente da área em que lecionam.

Tal realidade sobre a formação dos professores e sua área de atuação na cidade de Rio Branco, ano 2013, pelas projeções dos gestores políticos locais deveria ser diferente, pois, em se tratando de programas mais recentes, desde o ano 2000 parcerias entre Universidade Federal do Acre, Estado e Municípios deram início a diferentes programas de formação de professores que tinham como principal foco a formação de professores das redes de ensino que atuavam sem uma formação superior em licenciatura ou pedagogia. Além deste público alvo, os programas atenderam também alunos da comunidade.

3.4. Índice de Condições Materiais das Escolas, ICME

O Índice de Condições Materiais das Escolas, ICME, foi criado por Schneider (2010, 2011, 2015) a partir de vários indicadores das condições materiais, dos dados da Prova Brasil e Censo Escolar. O índice varia em uma escala de 0 a 1, sendo zero (0) a pior condição e um (1) a melhor. Agrega os seguintes indicadores: 1) para estado de conservação da infraestrutura; 2) para computador e internet; 3) para iluminação e ventilação; 4) para equipamentos eletrônicos; 5) para espaços pedagógicos; 6) para

dependência de pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEE); 7) para saneamento e energia.

Na série histórica analisada, de 2007 a 2011 há, no geral, crescimento do ICME em todos os zoneamentos, principalmente de 2009 para 2011. Os Zoneamentos 3 e 6 registraram o maior crescimento entre os anos analisados, porém, mesmo com o maior crescimento, o Zoneamento 3 permaneceu com os menores índices. O Zoneamento 6 tem pequeno decréscimo de 2007 para 2009, porém apresentou o maior crescimento de 2009 para 2011, superando neste ano o índice do Zoneamento 1.

Em seguida quanto ao crescimento entre os anos, estão os Zoneamentos 4, 2 e 5, respectivamente (0,12; 0,11; 0,10). O Zoneamento 1 foi o que apresentou o menor crescimento entre os zoneamentos ao longo da série analisada. Mesmo com o menor crescimento, o índice deste zoneamento é maior que nos demais, sendo apenas superado em 2011 pelo Zoneamento 6. Este resultado reafirma uma tendência do Zoneamento 1, que é apresentar indicadores bem acima dos demais zoneamentos. Porém aqui observamos um movimento interessante que é uma maior aproximação gradativa dos demais zoneamentos em relação ao Zoneamento 1.

3.5. Indicador de Nível Socioeconômico – INSE

Este indicador é construído pelo Inep a partir das respostas dos estudantes aos questionários contextuais das duas avaliações do Saeb (Aneb e Prova Brasil) e do Enem. Os dados aqui se limitam ao ano de 2011 e 2013. Os itens utilizados dos questionários contextuais respondidos pelos alunos dizem respeito à renda familiar, à posse de bens e contratação de serviços de empregados domésticos pela família dos estudantes e ao nível de escolaridade de seus pais ou responsáveis. O universo de referência do Inse, por sua vez, inclui somente os dados de estudantes que responderam a mais de três questões.

As questões utilizadas dos questionários contextuais foram selecionadas a partir de dois descritores, o *nível de rendimento da família*: no que tange a posse de equipamentos como TV em cores, TV por assinatura, rádio, videocassete ou DVD, geladeira, freezer, máquina de lavar roupa, carro, computador, banheiro, renda familiar, telefone fixo, telefone celular, aspirador de pó, empregada mensalista e o *nível educacional dos pais*, que identifica qual a escolaridade do pai e da mãe dos alunos. A partir da resposta dos alunos a estes descritores, o Inse é organizado numa escala de sete níveis. Quanto maior for o nível do Inse de uma escola, maior será sua condição socioeconômica.

O Zoneamento 1 foi o que apresentou o maior nível do indicador socioeconômico. No intervalo de 1 a 7 a média das escolas do Zoneamento 1 foi 5,1 indicando que as famílias dos alunos dispõem de considerável quantitativo de bens e serviços, com renda familiar mensal entre 2 e 12 salários mínimos e pais ou responsáveis com formação de pelo menos o ensino fundamental.

Tal indicador, quando cotejado com as características da Regional Cadeia Velha (regionalização da PMRB) que corresponde a área do Zoneamento 1, possibilita corroborar ser este o zoneamento com maior número de famílias de classe média e que concentra a maior parte dos equipamentos públicos e de empreendimentos comerciais. No entanto, no que pese a localização central das escolas, é também o zoneamento que mais recebe alunos de bairro diferentes daqueles que compõem o zoneamento, por continuarem sendo as escolas com mais procura de alunos externos ao zoneamento.

O Inse dos demais zoneamentos escolares ficaram no nível 4, com algumas variações na escala que permitem considerar diferenças entre eles. O nível 4 do Inse indica que na residência dos alunos há bens e serviços elementares, com rendimento familiar mensal entre 1 e 2 salários mínimos e formação dos pais ou responsáveis podendo ir até o ensino médio.

O Zoneamento 2 atingiu Inse 4,5, sendo, portanto, o maior índice nesse nível. Na caracterização da Regional Estação Experimental, que corresponde a este zoneamento, os salários variam de 1,6 a 6,0 salários mínimos. Acreditamos que esse diferencial em relação ao que indica o nível 4 do Inse revela que a população que frequenta as escolas analisadas faz parte da população com menores rendas mensais. Até mesmo porque, neste zoneamento existem bairros com considerável concentração de renda e supõem-se que nestas famílias os alunos frequentam escolas particulares.

Um pouco abaixo do Inse do Zoneamento 2 estão os Zoneamento 3 com 4,2, Zoneamento 5 com 4,1 e os Zoneamentos 4 e 6 com 4,0. Estes resultados, se comparados com as características das regionais, se aproximam, pois identificamos nestes as menores condições socioeconômicas, cujos salários da população, principalmente de parte do Segundo Distrito, onde se localizam os zoneamentos 5 e 6 e da Baixada do Sol, que corresponde ao Zoneamento 3, pode variar de 0 a 4,5 salários.

4 | ALGUNS APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Em todos os indicadores educacionais analisados é o Zoneamento 1 que mais se distancia dos demais zoneamentos. Está localizado na área mais urbanizada e que recebe mais ações de infraestrutura do poder público, maior oferta de serviços privados e públicos, cujos moradores estão entre os que possuem melhores rendas na cidade. É possível identificar que há especificidades entre os zoneamentos e que estas precisam ser consideradas quando da implantação de políticas públicas, não só educacionais. A partir do que analisamos, apresentamos algumas considerações:

a) Zoneamentos cujos bairros possuem pouca infraestrutura e população de baixa renda, são aqueles que apresentam os menores números de matrículas no

ensino médio. O Zoneamento 1 foi o que apresentou maior número de matrícula no ensino médio, mesmo que seja um dos zoneamentos onde essa etapa decresceu. Os altos números de matrícula podem pela maior concentração de escolas dessa etapa no zoneamento por conta da grande demanda por vagas no centro da cidade. Essa redução de matrículas pode ser justificada por um processo em andamento que é retirada das escolas das áreas mais centrais da cidade, o que irá limitar de vez que alunos de outros zoneamentos estudem no centro.

Nos Zoneamentos 3, 4, 5 e 6 há menores números de matrícula no ensino médio, indicando que os alunos que concluem o ensino fundamental, não dão continuidade aos estudos, mas também consideramos que alguns se direcionam ao Zoneamento 1 para cursar o ensino médio. Isto evidencia que há também uma relação entre estes zoneamentos localizados em áreas com menos infraestrutura e população de baixa renda, com a continuidade dos estudos na educação básica.

b) Zoneamento 1 com os melhores resultados tanto no Ideb quanto no Seape/AC, assim como dos Zoneamentos 3, 5 e 6 com os menores resultados nos dois indicadores. O movimento nestes indicadores aponta que no zoneamento com maior infraestrutura urbana e maior renda, cuja localização central é um atrativo para todo tipo de circulação de pessoas e serviços, apresenta também os melhores desempenhos educacionais. Atribuímos isto ao peso que o contexto socioespacial tem nos resultados educacionais do Zoneamento 1. Do mesmo modo, este contexto tem impacto nos resultados apresentados pelos demais zoneamentos.

c) As melhores porcentagens de professores com formação na área que atuam e maiores condições materiais não estão no zoneamento com melhores desempenhos educacional e socioeconômico. Ao contrário do que ocorre nos resultados do Seape/AC e Ideb, os indicadores relacionados as condições materiais e formação docente na área de atuação não são melhores no Zoneamento 1, o que poderia, se assim fosse, justificar os melhores resultados educacionais. Os Zoneamentos 3 e 6 destacam-se por apresentarem maior proporção de professores com formação na área de atuação e maior condições materiais nas escolas, respectivamente.

Isso evidencia que, mesmo com maior porcentagem de professores com formação adequada à disciplina que leciona e mais condições materiais nas escolas, existem outros determinantes de maior peso, ao ponto que tais “vantagens” não contribuam para que o desempenho educacional seja melhor ou similar ao do Zoneamento 1. Podemos entender também que a formação do professor e a condição material nestes zoneamentos podem estar contribuindo sim, ao ponto de não permitir que seus desempenhos sejam mais baixos ainda.

d) Os melhores níveis socioeconômicos são dos alunos do Zoneamento 1, conforme dados do Inse. Zoneamentos com menores desempenhos apresentam maior percentual de alunos com menores níveis socioeconômicos. O Inse aponta ser no Zoneamento 1 a maior concentração de alunos com melhores condições socioeconômica, confirmando as informações e dados mais gerais sobre os bairros

e regional que o compõem. Desse modo, temos entre os Zoneamentos 3, 4, 5 e 6 os alunos com menores condições socioespaciais. Ao relacionarmos tais evidências com as já apresentadas sobre desempenho educacional nas avaliações do Seape/AC e Ideb, confirmamos aqui nossas hipóteses que as origens socioeconômicas dos alunos têm impacto sobre seu contexto educacional, principalmente por seu capital (cultural econômico e social) e pelo peso que o contexto socioespacial tem sobre o desempenho educacional, confirmamos que escolas localizadas em áreas mais privilegiadas da cidade, cujos alunos possuem melhores condições socioeconômicas, tendem a ter melhores desempenhos educacionais em avaliações externas.

A existência de escolas localizadas em áreas de precária urbanização e condições socioeconômicas e que mesmo assim possuem desempenho educacional acima da média, é possível, no entanto, a análise realizada aponta para o impacto que tais condições externas à escola têm no contexto educacional. A hipótese aqui confirmada é que há uma reafirmação da segregação socioespacial a partir do mecanismo de direcionamento da matrícula na cidade de Rio Branco tem reafirmado a segregação dos alunos pelo seu contexto social.

A realidade posta, evidenciada a partir da caracterização que fizemos dos zoneamentos escolares e o movimento destes nos diversos indicadores, direciona para compreensão de um território não apenas fragmentado, mas excepcionalmente segregado, ao ponto que a escola que está neste território faz parte desse contexto segregador. Isto vai ao encontro do que Bourdieu (1998) apresenta sobre os mecanismos formais de ensino, que tradicionalmente têm como principal espaço de atuação a escola, e que sozinhos não conseguem mudar a situação de disparidades sociais e econômicas de quem a frequenta. Nesse sentido, o autor vai além ao concluir, entre outros, que o sistema de ensino acaba por contribuir e reafirmar as desigualdades, compreensão nossa também a partir do zoneamento escolar.

REFERÊNCIAS

BROOKE, N. SOARES, J. F. (org). *Pesquisa em eficácia escolar: origens e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

KAZTMAN, R e RIBEIRO, L.C.Q. *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório da Metrópoles, 2008.

KOSLINSKI, Mariane C.; ALVES, Fátima. Novos olhares para as desigualdades de oportunidades educacionais: a segregação residencial e a relação favela-asfalto no contexto carioca.

Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 805-831, jul.-set. 2012. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/09.pdf>>. Acesso em 23 dez. 2014.

RIO BRANCO. Prefeitura Municipal de Rio Branco. *Caracterização Regionais: Relatório de caracterização das Regionais*. Documento Interno - Casa Civil, Departamento de Planejamento

Estratégico, 2014.

RIBEIRO, Luiz C. Q.; KOSLINSKI, Mariane C. *Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais*. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/TrabalhoANPOCS2008.pdf>>.

Acesso em: 10 de julho, 2012.

SCHNEIDER, Gabriela. *Política educacional e instrumentos de avaliação: pensando um índice de condições materiais da escola*. Dissertação (Mestrado em Educação). 2010. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2010.

_____. *As ações do governo federal no âmbito das condições materiais e estruturais da escola: uma problematização a partir do conceito de justiça social*. Tese (Doutorado em Educação). 2014. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba, 2014.

SOBRE A ORGANIZADORA

Marcia Aparecida Alferes - Licenciada em Pedagogia e Especialista em Gestão da Educação pela Faculdade de Educação, Administração e Tecnologia de Ibaiti (2004, 2005). Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2009, 2017), na linha de pesquisa "História e Política Educacionais". Atuou durante 10 anos como professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sete anos como docente no Ensino Superior. Trabalha com as temáticas inseridas na área de Política Educacional e Gestão Escolar, atuando nos seguintes temas: análise de políticas educacionais; alfabetização e letramento; formação de professores; gestão democrática. Atualmente é pedagoga da rede de ensino do Estado do Paraná e professora na Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão – CENSUPEG, pólo de Ponta Grossa/PR.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-96-3



9 788585 107963